

# Agroterenas Terras Ltda.

**Demonstrações financeiras em 31 de  
março de 2025**

Este documento foi assinado digitalmente por Daniel Marino De Toledo.  
Para verificar as assinaturas vá ao site <https://apiconfirmations.kpmg.com.br> e utilize o código 99BA-4EFE-98E4-FE2F.

# Conteúdo

<b>Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras</b>	<b>3</b>
<b>Balancos patrimoniais</b>	<b>6</b>
<b>Demonstrações dos resultados</b>	<b>7</b>
<b>Demonstrações dos resultados abrangentes</b>	<b>8</b>
<b>Demonstrações das mutações do patrimônio líquido</b>	<b>9</b>
<b>Demonstrações dos fluxos de caixa</b>	<b>10</b>
<b>Notas explicativas às demonstrações financeiras</b>	<b>11</b>



KPMG Auditores Independentes Ltda.  
Avenida Presidente Vargas, 2.121  
Salas 1401 a 1405, 1409 e 1410 - Jardim América  
Edifício Times Square Business  
14020-260 - Ribeirão Preto/SP - Brasil  
Caixa Postal 457 - CEP 14001-970 - Ribeirão Preto/SP - Brasil  
Telefone +55 (16) 3323-6650  
kpmg.com.br

# Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

## Aos Administradores e Quotistas da

### Agroterenas Terras Ltda.

Maracá - SP

#### Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Agroterenas Terras Ltda. (Empresa), que compreende o balanço patrimonial em 31 de março de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Agroterenas Terras Ltda. em 31 de março de 2025, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

#### Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Empresa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

#### Ênfase

##### Transação com partes relacionadas

Chamamos a atenção para o fato que parte substancial das operações da entidade é realizada com parte relacionada, conforme descrito na nota explicativa nº 1 e 23 às demonstrações financeiras. Portanto, as demonstrações financeiras acima referidas devem ser lidas neste contexto. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

KPMG Auditores Independentes Ltda., uma sociedade simples brasileira, de responsabilidade limitada e firma-membro da organização global KPMG de firmas-membro independentes licenciadas da KPMG International Limited, uma empresa inglesa privada de responsabilidade limitada.

KPMG Auditores Independentes Ltda., a Brazilian limited liability company and a member firm of the KPMG global organization of independent member firms affiliated with KPMG International Limited, a private English company limited by guarantee.

Este documento foi assinado digitalmente por Daniel Marino De Toledo.  
Para verificar as assinaturas vá ao site <https://apiconfirmations.kpmg.com.br> e utilize o código 99BA-4EFE-98E4-FE2F.

## Concentração de receita

Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 1 às demonstrações financeiras, que descreve que a Empresa possui 82% de sua receita bruta concentrada em um único cliente. Dessa forma, as demonstrações financeiras devem ser analisadas nesse contexto. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

## Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Empresa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Empresa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

## Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Empresa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Empresa. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Empresa a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Ribeirão Preto, 30 de junho de 2025

KPMG Auditores Independentes Ltda.  
CRC 2SP-027666/O-5 F SP



Daniel Marino de Toledo  
Contador CRC 1SP249851/O-8

## Agroterenas Terras Ltda.

### Balancos patrimoniais em 31 de março 2025 e 2024

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	2025	2024	Passivo	Nota	2025	2024
<b>Circulante</b>				<b>Circulante</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	8	377	20.311	Fornecedores	11	17.969	14.357
Contas a receber de clientes	9	3.852	-	Empréstimos e financiamentos	13	5.441	11.853
Imposto de renda e contribuição social a compensar		37	263	Salários e encargos sociais		26	22
Impostos a recuperar		13	19	Impostos e taxas a recolher		34	136
<b>Total do ativo circulante</b>		<b>4.279</b>	<b>20.593</b>	Adiantamentos de clientes	12	3.591	-
<b>Não circulante</b>				Dividendos propostos e a pagar	23	8.992	12.410
<b>Realizável a longo prazo</b>				<b>Total do passivo circulante</b>		<b>36.053</b>	<b>38.778</b>
Contas a receber de clientes	9	409	404	<b>Não circulante</b>			
<b>Total do realizável a longo prazo</b>		<b>409</b>	<b>404</b>	Fornecedores	11	55	14.250
Propriedades para investimentos	10	358.398	298.614	Empréstimos e financiamentos	13	99.617	94.687
Imobilizado		73	78	Provisão para contingências	14	1.102	822
<b>Total do ativo não circulante</b>		<b>358.880</b>	<b>299.096</b>	<b>Total do passivo não circulante</b>		<b>100.774</b>	<b>109.759</b>
<b>Total do ativo</b>				<b>Total do passivo</b>		<b>136.827</b>	<b>148.537</b>
		<b>363.159</b>	<b>319.689</b>	<b>Patrimônio líquido</b>			
					15		
				Capital social		64.117	64.117
				Adiantamento para futuro aumento de capital		17.500	-
				Reservas de lucros		144.715	107.035
				<b>Total do patrimônio líquido</b>		<b>226.332</b>	<b>171.152</b>
				<b>Total do passivo e do patrimônio líquido</b>		<b>363.159</b>	<b>319.689</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Agroterenas Terras Ltda.

### Demonstrações de resultados

Exercícios findos em 31 de março de 2025 e 2024

(Em milhares de Reais)

	<u>Nota</u>	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Receita líquida	19	51.777	48.101
<b>Lucro bruto</b>		<u>51.777</u>	<u>48.101</u>
Despesas administrativas	20	(4.481)	(3.215)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas		<u>(275)</u>	<u>(817)</u>
<b>Lucro operacional antes do resultado financeiro</b>		<u>47.021</u>	<u>44.069</u>
Receitas financeiras	21	966	5.959
Despesas financeiras	21	<u>(8.404)</u>	<u>(1.925)</u>
<b>Financeiras líquidas</b>		<u>(7.438)</u>	<u>4.034</u>
<b>Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social</b>		<u>39.583</u>	<u>48.103</u>
Imposto de renda e contribuição social corrente	18	<u>(1.903)</u>	<u>(3.485)</u>
<b>Resultado do exercício</b>		<u><u>37.680</u></u>	<u><u>44.618</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Agroterenas Terras Ltda.

### Demonstrações de resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de março de 2025 e 2024

*(Em milhares de Reais)*

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
<b>Resultado do exercício</b>	<u>37.680</u>	<u>44.618</u>
Outros resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>
<b>Total do resultado abrangente do exercício</b>	<u><u>37.680</u></u>	<u><u>44.618</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Agroterenas Terras Ltda.

### Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de março de 2025 e 2024

(Em milhares de Reais)

Nota	Capital social	Adiantamento para futuro aumento de capital	Reservas de lucros			Total
			Legal	Reserva de Lucros	Lucros acumulados	
<b>Em 31 de março de 2023</b>	64.117	-	6.211	56.206	-	126.534
Resultado do exercício	-	-	-	-	44.618	44.618
Destinação do resultado:	-	-	-	-	-	-
Constituição de reserva	15	-	-	44.618	(44.618)	-
<b>Em 31 de março de 2024</b>	64.117	-	6.211	100.824	-	171.152
Resultado do exercício	-	-	-	-	37.680	37.680
Adiantamento para futuro aumento de capital	15.c	17.500	-	-	-	17.500
Destinação do resultado:	-	-	-	-	-	-
Constituição de reserva	15	-	-	37.680	(37.680)	-
<b>Em 31 de março de 2025</b>	<b>64.117</b>	<b>17.500</b>	<b>6.211</b>	<b>138.504</b>	<b>-</b>	<b>226.332</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

# Agroterenas Terras Ltda.

## Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de março de 2025 e 2024

(Em milhares de Reais)

	<u>Nota</u>	<u>2025</u>	<u>2024</u>
<b>Fluxo de caixa de atividades operacionais</b>			
Resultado do exercício		37.680	44.618
Ajustes:			
Depreciação e amortização		5	5
Juros sobre empréstimos e financiamentos	13	6.895	1.924
Provisão para contingências	14	280	822
Imposto de renda e contribuição social	18	(1.903)	3.485
Variação nos ativos e passivos:			
Contas a receber		(3.852)	-
Impostos a recuperar		395	(1.455)
Contas a receber - partes relacionadas		(5)	3.919
Fornecedores		(55)	40
Salários e encargos sociais		5	9
Adiantamento de clientes		3.591	-
Impostos e taxas		(20)	2
Imposto de renda e contribuição social pagos		1.658	-
Juros pagos	13	(3.377)	(2.559)
<b>Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais</b>		<u>41.297</u>	<u>50.810</u>
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimentos</b>			
Aquisição de propriedades para investimentos	24	(70.313)	(72.718)
<b>Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos</b>		<u>(70.313)</u>	<u>(72.718)</u>
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamentos</b>			
Dividendos pagos		(3.418)	(737)
Amortização de empréstimo e financiamentos	13	(5.000)	-
Adiantamento para futuro aumento de capital	15	17.500	-
<b>Caixa proveniente das (aplicado nas) atividades de financiamentos</b>		<u>9.082</u>	<u>(737)</u>
<b>Redução de caixa e equivalentes de caixa, líquido</b>		<u>(19.934)</u>	<u>(22.645)</u>
<b>Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício</b>		20.311	42.956
<b>Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício</b>		<u>377</u>	<u>20.311</u>
<b>Redução de caixa e equivalentes de caixa, líquido</b>		<u>(19.934)</u>	<u>(22.645)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## **Notas explicativas às demonstrações financeiras**

*(Em milhares de Reais)*

### **1 Contexto operacional**

A Agroterenas Terras Ltda. ("Empresa") está sediada em Maracaí, Estado de São Paulo, com filial no município de Santa Cruz do Rio Pardo, Estado de São Paulo e Água Boa, Estado do Mato Grosso, tendo como principal atividade a aquisições de propriedades para investimentos, destinadas a exploração em regime de parcerias para produção de culturas permanentes e temporárias.

A Empresa é fornecedora de cana-de-açúcar para a Raízen Ltda. e laranja para a Agroterenas Industrial Citrus Ltda, nas proporções de 82% e 15% da receita bruta, respectivamente, mantendo elevado grau de dependência destas partes.

A Empresa é parte integrante do Grupo Agroterenas ("Grupo Agroterenas" ou "Grupo") que é composto pelas seguintes empresas:

- Agroterenas S.A. Administração e Participações ("Agroterenas Participações")
- Agroterenas S.A. Cana ("Cana")
- Agroterenas Citrus Ltda ("Citrus")
- Agroterenas Estrela do Oeste Ltda ("Estrela do Oeste")
- Agroterenas Industrial Citrus Ltda ("Industrial Citrus")
- Agroterenas International E.C. ("International")
- Agroterenas International L.L.C ("International")

### **2 Base de preparação**

#### **Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC)**

As demonstrações financeiras da Empresa foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração em 30 de junho de 2025. Após a sua emissão, somente os quotistas têm o poder de alterar as demonstrações financeiras.

Detalhes sobre as políticas contábeis da Empresa, estão apresentadas na nota explicativa 6.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

Em 31 de março de 2025, o passivo circulante excedeu o ativo circulante em R\$ 31.774 em decorrência da concentração de seus negócios em aquisições de propriedades rurais no estado do Mato Grosso e São Paulo.

A Empresa adotou ações de priorizar sua geração de caixa, visando melhorar seu desempenho financeiro e econômico no curto e no longo prazo. Sob a perspectiva econômica, de dar prioridade na liquidação da dívida, destacam-se:

- Não realizar distribuição de dividendos; e
- Mútuo com partes relacionadas.

Considerando os efeitos das ações acima descritas na posição financeira da Empresa, a Administração avaliou sua capacidade de continuar em operação no futuro previsível, considerando-se baixa a probabilidade de não ocorrência ou risco de um eventual insucesso nos planos de otimização da estrutura de capital e liquidez, dessa forma, não havendo dúvida substancial sobre a continuidade operacional da Empresa.

### **3 Uso de estimativa e julgamentos**

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos e estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Empresa e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

#### **a. Julgamentos**

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas notas explicativas.

#### **b. Incertezas sobre premissas e estimativas**

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas na data da emissão do relatório que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota explicativa nº 10:** Propriedades para investimentos

O valor justo das propriedades para investimento da Empresa, é obtido a partir de comparabilidade de múltiplos de mercado gerados em transações de ativos de mesma categoria, por meio de abordagem de mercado.

- **Nota explicativa 14:** Provisões para contingências

A Empresa é parte de alguns processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais que representam perdas prováveis e estimadas com certo grau de segurança. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das Leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico e a avaliação dos

advogados externos e internos.

**c. Mensuração do valor justo**

As políticas e divulgações contábeis da Empresa que requer a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Empresa usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma.

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- Nível 2: inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- Nível 3: inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

A Empresa reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças.

Se os dados usados para mensurar o valor justo de um ativo ou passivo caem em diferentes níveis da hierarquia do valor justo, então a mensuração do valor justo é categorizada em sua totalidade no mesmo nível da hierarquia do valor justo que o dado de nível mais baixo que é significativo para toda a medição.

Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas na seguinte nota explicativa:

- Nota explicativa nº 10 – Propriedades para investimentos; e
- Nota explicativa nº 16 – Instrumentos financeiros.

**4 Moeda funcional e moeda de apresentação**

Estas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Empresa. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

**5 Base de mensuração**

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais:

- Os instrumentos financeiros não derivativos designados pelo valor justo por meio do resultado são mensurados pelo valor justo;
- Os ativos financeiros disponíveis para venda são mensurados pelo valor justo; e

## **6 Políticas contábeis materiais**

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas práticas foram aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

### **a. Mudanças nas principais políticas contábeis**

#### ***Classificação dos passivos como circulante ou não circulante e passivos não circulantes com Covenants (alterações ao CPC 26)***

A Empresa adotou a classificação de passivos como circulantes ou não circulantes (alterações ao CPC 26) e passivos não circulantes com covenants (alterações ao CPC 26) a partir de 1º de janeiro de 2024. As alterações se aplicam retrospectivamente. Elas esclarecem certos requisitos para determinar se um passivo deve ser classificado como circulante ou não circulante e exigem novas divulgações para passivos de empréstimos não circulantes que estão sujeitos a covenants dentro de 12 meses após o período de relatório. Isso resultou em uma mudança na política contábil para a classificação de passivos que podem ser liquidados em ações próprias de uma entidade. Anteriormente, a Empresa ignorava todas as opções de conversão de contraparte ao classificar os passivos relacionados como circulantes ou não circulantes. De acordo com a nova política, quando um passivo inclui uma opção de conversão de contraparte pela qual o passivo pode ser liquidado por uma transferência das próprias ações de uma entidade, a entidade leva em consideração a opção de conversão ao classificar o passivo principal como circulante ou não circulante, a menos que a opção seja classificada como patrimônio líquido de acordo com o CPC 39. Os outros passivos da Empresa não foram impactados pelas alterações.

Apesar da mudança na política, não há impacto retrospectivo nas demonstrações comparativas, pois a Empresa não tinha notas conversíveis em aberto em 31 de março de 2025.

### **b. Receita de contrato com cliente**

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos no curso normal das atividades da Empresa. A receita é apresentada líquida de impostos, devoluções, abatimentos e descontos. A Empresa reconhece a receita quando o valor pode ser mensurado com segurança e é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para entidade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades. A Empresa baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada venda.

#### **(i) Venda de produtos**

As receitas de vendas são reconhecidas na demonstração do resultado quando o controle sobre os produtos é transferido, ou seja, no momento da entrega dos produtos para o cliente, e desde que não haja nenhuma obrigação não satisfeita que possa afetar a aceitação dos produtos. A entrega ocorre quando os produtos são enviados para o local especificado, os riscos de perda são transferidos para o cliente, o cliente aceita os produtos, de acordo com o contrato de venda, e as disposições de aceite tenham prescritos ou a Empresa tenha evidências objetivas de que todos os critérios de aceite das mercadorias foram atendidos. Uma receita não é reconhecida se há incerteza quanto à sua realização.

Um recebível é reconhecido quando os produtos são entregues, uma vez que é nessa ocasião que a contraprestação se torna incondicional, porque apenas a passagem do tempo é necessária antes de o pagamento ser efetuado.

<b>Tipo de produto</b>	<b>Natureza e a época do cumprimento das obrigações de performance, incluindo condições de pagamento significativas</b>	<b>Política de reconhecimento da receita</b>
<b>Produto acabado – Cana-de-açúcar</b>	As vendas de cana-de-açúcar são realizadas substancialmente através do fornecimento de cana para a Raízen, sendo remunerada com base no índice de Açúcar Total Recuperado (ATR) divulgado pelo Consecana - Conselho dos Produtores de Cana-de-Açúcar, Açúcar e Álcool do Estado de São Paulo, no final da Safra.	A receita é reconhecida quando os produtos são entregues pelo parceiro outorgado e aceito pelo cliente em suas unidades industriais.
<b>Produto acabado - Laranja</b>	As vendas de laranja são realizadas substancialmente a parte relacionada, sendo remunerada com base no índice do CEPEA, divulgado pela Esalq/USP	A receita é reconhecida quando os produtos são entregues pelo parceiro outorgado e aceito pelo cliente em sua unidade industrial.
<b>Produto acabado - Bovinos</b>	As vendas de bovinos são realizadas com destino ao abate para frigoríficos, tendo base de precificação o índice do CEPEA, divulgado pela Esalq/USP	A receita é reconhecida quando os produtos são entregues e aceito pelo cliente, seja em suas instalações ou quando os clientes negociam a retirada nas instalações da Empresa.
<b>Produto acabado - Soja</b>	As vendas de soja são realizadas para cerealistas com destino ao mercado interno ou exportação, tendo base de precificação o preço médio da região em que o produto está sendo comercializado.	A receita é reconhecida quando os produtos são entregues e aceito pelo cliente, seja em suas instalações ou quando os clientes negociam a retirada nas instalações da Empresa.

**c. Receitas financeiras e despesas financeiras**

As receitas e despesas financeiras da Empresa compreendem:

- Juros sobre aplicações financeiras;
- Receita de juros;

A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro para:

- O valor contábil bruto do ativo financeiro; ou
- O custo amortizado do passivo financeiro.

**d. Imposto de renda e contribuição social**

O imposto de renda e contribuição social corrente são calculados com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Empresa nas declarações de imposto de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações.

Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamentos às autoridades fiscais.

O imposto de renda e a contribuição social da empresa são apurados através do regime de “lucro presumido trimestral”. O imposto de renda foi calculado as alíquotas de 15% acrescida do adicional de 10% sobre o excedente a R\$ 60 a cada trimestre, tendo como base o correspondente a 8% sobre a receita de vendas. A contribuição social foi calculada a alíquota de 9% tendo como base o correspondente a 12% da receita de vendas.

**e. Propriedades para investimentos**

A propriedade para investimento é mensurada pelo custo.

Ganhos e perdas na alienação de uma propriedade para investimento (calculado pela diferença entre o valor líquido recebido na venda e o valor contábil do item) são reconhecidos no resultado.

Terras compreendem as propriedades rurais onde são cultivadas, por terceiros, as lavouras de cana-de-açúcar, pomares de laranja, grãos e formação de pastagens para confinamento de gado e não são depreciadas.

**f. Imobilizado**

**(i) Reconhecimento e mensuração**

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, que inclui os custos de empréstimos capitalizados, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*).

Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado.

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

**(ii) Custos subsequentes**

Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Empresa.

**(iii) Depreciação**

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é reconhecida no resultado.

As vidas úteis estimadas do ativo imobilizado são as seguintes:

Edifícios	4%
Máquinas acessórios elétricos	10%
Eletrodomésticos e eletrônico	10%
Móveis e utensílios	10%

Os métodos de depreciação, as vidas úteis são revistos a cada data de balanço e ajustados caso

seja apropriado.

**g. Instrumentos financeiros**

**(i) Reconhecimento e mensuração inicial**

O contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Empresa se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, mais ou menos, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

**(ii) Classificação e mensuração subsequente**

*Ativos Financeiros*

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao VJORA - instrumento de dívida; ou ao VJR.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Empresa mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos. No reconhecimento inicial, a Empresa pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

*Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio*

A Empresa realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

- As políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da administração tem como foco a obtenção de

receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;

- Como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à administração da Empresa;
- Os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados; e
- A frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Empresa.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

*Ativos financeiros – avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros*

Para fins dessa avaliação, o ‘principal’ é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os ‘juros’ são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Empresa considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Empresa considera:

- Eventos contingentes que modifiquem o valor ou o a época dos fluxos de caixa;
- Termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- O pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- Os termos que limitam o acesso da Empresa a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente - o que pode incluir uma compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial.,

### *Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas*

<b>Ativos financeiros a VJR</b>	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo.
<b>Ativos financeiros a custo amortizado</b>	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por <i>impairment</i> . A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o <i>impairment</i> são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.
<b>Instrumentos de dívida a VJORA</b>	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. A receita de juros calculada utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e <i>impairment</i> são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.
<b>Instrumentos patrimoniais a VJORA</b>	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado.

### *Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas*

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

### **(iii) Desreconhecimento**

#### *Ativos financeiros*

A Empresa desreconhece um ativo financeiro quando:

- Os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram; ou
- Transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação em que:
- Substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos; ou
- A Empresa nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e não retém o controle sobre o ativo financeiro.

A Empresa realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

#### *Passivos financeiros*

A Empresa desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Empresa também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

#### *Reforma da taxa de juros*

Quando a base para determinar os fluxos de caixa contratuais de um ativo financeiro ou passivo financeiro mensurado ao custo amortizado muda como resultado da reforma da taxa de juros, a Empresa atualiza a taxa de juros efetiva do ativo financeiro ou passivo financeiro para refletir a mudança que é exigida pela reforma. Uma mudança na base para determinar os fluxos de caixa contratuais é exigida pela reforma da taxa de juros de referência se as seguintes condições forem atendidas:

- A mudança é necessária como consequência direta da reforma; e
- A nova base para determinar os fluxos de caixa contratuais é economicamente equivalente a base anterior - ou seja, a base imediatamente anterior à mudança.

#### **(iv) *Compensação***

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Empresa tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

#### **h. *Capital social***

##### *Quotas*

As quotas do capital social são classificadas como patrimônio líquido.

#### **i. *Redução ao valor recuperável (Impairment)***

##### **(i) *Ativos financeiros não-derivativos***

##### *Instrumentos financeiros e ativos contratuais*

A Empresa reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre:

- Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado; e
- Investimentos de dívida mensurados ao VJORA.

A Empresa mensura a provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira, exceto para os itens descritos abaixo, que são mensurados como perda de crédito esperada para 12 meses:

- Títulos de dívida com baixo risco de crédito na data do balanço; e
- Outros títulos de dívida e saldos bancários para os quais o risco de crédito (ou seja, o risco de inadimplência ao longo da vida esperada do instrumento financeiro) não tenha aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial.

As provisões para perdas com contas a receber de clientes (incluindo recebíveis de arrendamentos) e ativos de contrato são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Empresa considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Empresa, na avaliação de crédito e considera informações prospectivas (forward-looking).

A Empresa considera um ativo financeiro como inadimplente quando:

- É pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito a Empresa, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma); ou
- O ativo financeiro estiver vencido há mais de 90 dias.
- As perdas de crédito esperadas para a vida inteira são as perdas esperadas com crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplemento ao longo da vida esperada do instrumento financeiro.
- As perdas de crédito esperadas para 12 meses são perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data do balanço (ou em um período mais curto, caso a vida esperada do instrumento seja menor do que 12 meses).

O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual a Empresa está exposto ao risco de crédito.

#### *Mensuração das perdas de crédito esperadas*

As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos à Empresa de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Empresa espera receber).

As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro.

#### *Ativos financeiros com problemas de recuperação*

Em cada data de balanço, a Empresa avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado e os títulos de dívida mensurados ao VJORA estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui problemas de “recuperação” quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

- Dificuldades financeiras significativas do devedor;
- Quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso de mais de 90 dias;

- Reestruturação de um valor devido a Empresa em condições que não seriam aceitas em condições normais;
- A probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou
- O desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras

*Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial*

A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos.

Para títulos de dívida mensurados ao VJORA, a provisão para perdas é debitada no resultado e reconhecida em ORA.

*Baixa*

O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Empresa não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. Com relação a clientes individuais, a Empresa adota a política de baixar o valor contábil bruto quando o ativo financeiro está vencido há 180 dias com base na experiência histórica de recuperação de ativos similares. Com relação a clientes corporativos, a Empresa faz uma avaliação individual sobre a época e o valor da baixa com base na existência ou não de expectativa razoável de recuperação. A Empresa não espera nenhuma recuperação significativa do valor baixado. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Empresa para a recuperação dos valores devidos.

**(ii) Ativos não financeiros**

Em cada data de reporte, a Empresa revisa os valores contábeis de seus ativos não financeiros para apurar se há indicação de perda ao valor recuperável. Caso ocorra alguma indicação, o valor recuperável do ativo é estimado.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para alienação. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às UGCs são inicialmente alocadas para redução de qualquer ágio alocado a esta UGC (ou grupo de UGCs), e então para redução do valor contábil dos outros ativos da UGC (ou grupo de UGCs) de forma pro rata.

Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada ao ágio não é revertida. Quanto aos demais ativos, as perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

**j. Provisões**

Uma provisão é reconhecida se, em função de um evento passado, a Empresa tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação.

A Empresa reconhece provisão para demandas judiciais trabalhistas, ambientais, cíveis e tributárias. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes dos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação de advogados internos e externos. As referidas provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. Para mais detalhes, vide nota 14.

**k. Fornecedores**

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens, serviços ou propriedades para investimentos, que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivo circulante se o pagamento for devido no período de até 12 meses (ou no ciclo operacional normal dos negócios, ainda que mais longo). Caso contrário, são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, considerando o curto prazo de vencimento, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

**l. Mensuração do valor justo**

Valor justo é o preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data de mensuração, no mercado principal ou, na sua ausência, no mercado mais vantajoso ao qual a Empresa tem acesso nessa data. O valor justo de um passivo reflete o seu risco de descumprimento (*non-performance*). O risco de descumprimento inclui, entre outros, o próprio risco de crédito da Empresa.

Uma série de políticas contábeis e divulgações da Empresa requerem a mensuração de valores justos, tanto para ativos e passivos financeiros como não financeiros.

Quando disponível, a Empresa mensura o valor justo de um instrumento utilizando o preço cotado num mercado ativo para esse instrumento. Um mercado é considerado como “ativo” se as transações para o ativo ou passivo ocorrem com frequência e volume suficientes para fornecer informações de precificação de forma contínua.

Se não houver um preço cotado em um mercado ativo, a Empresa utiliza técnicas de avaliação que maximizam o uso de dados observáveis relevantes e minimizam o uso de dados não

observáveis. A técnica de avaliação escolhida incorpora todos os fatores que os participantes do mercado levariam em conta na precificação de uma transação.

Se um ativo ou um passivo mensurado ao valor justo tiver um preço de compra e um preço de venda, a Empresa mensura ativos com base em preços de compra e passivos com base em preços de venda.

A melhor evidência do valor justo de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é normalmente o preço da transação – ou seja, o valor justo da contrapartida dada ou recebida. Se a Empresa determinar que o valor justo no reconhecimento inicial difere do preço da transação e o valor justo não é evidenciado nem por um preço cotado num mercado ativo para um ativo ou passivo idêntico nem baseado numa técnica de avaliação para a qual quaisquer dados não observáveis são julgados como insignificantes em relação à mensuração, então o instrumento financeiro é mensurado inicialmente pelo valor justo ajustado para diferir a diferença entre o valor justo no reconhecimento inicial e o preço da transação.

Posteriormente, essa diferença é reconhecida no resultado numa base adequada ao longo da vida do instrumento, ou até o momento em que a avaliação é totalmente suportada por dados de mercado observáveis ou a transação é encerrada, o que ocorrer primeiro.

**m. Avaliação do contrato de parceria agrícola firmado entre a Empresa e as empresas Agroterenas Citrus Ltda. e a Agroterenas S.A. Cana.**

Em 31 de março de 2025 a Empresa mantém contrato com a Agroterenas S.A. Cana e Agroterenas Citrus Ltda. para a produção agrícola de cana, laranja e grãos, em caráter de parceria sobre a qual detinha a propriedade de parcela da produção bruta, de cana de açúcar, laranja e grãos, apurado com base nos frutos colhidos em cada safra, sem qualquer remuneração fixa ou variável atrelada exclusivamente a índices ou taxas. Nessa operação de parceria agrícola, a Empresa contribui com terras nuas para ter direito as referidas cotas partes da produção agrícola.

**n. Parceria Agrícola e Arrendamento**

Quando a Empresa atua como parceiro outorgante, determina, no início da parceria agrícola, se cada contrato é classificado como propriedade para investimento. Para realizar essa classificação, a Empresa faz uma avaliação geral se o contrato transfere substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade do ativo subjacente.

De forma geral, as políticas contábeis aplicáveis a Empresa como parceiro outorgante no período comparativo não foram diferentes do CPC 06(R2).

A Empresa realiza contrato de parceria agrícola, como sendo propriedades para investimento, utilizando suas áreas próprias.

À Empresa não é requerida fazer ajustes na transição para o CPC 06(R2) para arrendamentos nos quais atua como parceiro outorgante.

**7 Novas normas e interpretações ainda não efetivas**

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2025 (1º de abril de 2025 para a Empresa). A Empresa não adotou essas alterações na preparação destas demonstrações financeiras.

As seguintes normas alteradas e interpretações não deverão ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Empresa.

**(a) IFRS 18 Apresentação e Divulgação das Demonstrações Contábeis**

O IFRS 18 substituirá o CPC 26 Apresentação das Demonstrações Contábeis e se aplica a períodos de relatórios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027 (1º de abril de 2027 para a Empresa). O novo padrão introduz os seguintes novos requisitos principais.

As entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas em cinco categorias na demonstração de lucros e perdas, a saber, as categorias operacional, de investimento, de financiamento, de operações descontinuadas e de imposto de renda. As entidades também são obrigadas a apresentar um subtotal de lucro operacional recém-definido. O lucro líquido das entidades não mudará.

As medidas de desempenho definidas pela administração (MPMs) são divulgadas em uma única nota nas demonstrações financeiras.

Orientações aprimoradas são fornecidas sobre como agrupar informações nas demonstrações financeiras.

Além disso, todas as entidades são obrigadas a usar o subtotal do lucro operacional como ponto de partida para a demonstração dos fluxos de caixa ao apresentar fluxos de caixa operacionais pelo método indireto.

A Empresa ainda está no processo de avaliação do impacto do novo padrão, particularmente com relação à estrutura da demonstração de lucros e perdas da Empresa, a demonstração dos fluxos de caixa e as divulgações adicionais exigidas para MPMs. A Empresa também está avaliando o impacto sobre como as informações são agrupadas nas demonstrações financeiras, incluindo itens atualmente rotulados como ‘outros’.

**(b) Outras normas contábeis**

Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Empresa:

- Ausência de conversibilidade (alterações ao CPC 02);  
Classificação e mensuração de instrumentos financeiros (alterações IFRS 9 e IFRS 7).

## 8 Caixa e equivalentes de caixa

Modalidade	2025	2024
Caixa e bancos	8	5
CDB - Certificados de depósitos bancários (i)	<u>369</u>	<u>20.306</u>
	<u>377</u>	<u>20.311</u>

- (i) Aplicações financeiras remuneradas por Certificado de Depósito Interbancário - CDI, com liquidez abaixo de 90 dias e sem risco de alteração significativa de valor. A Empresa pode resgatar imediatamente essas aplicações sem ônus ou restrição. CDB – Certificados de Depósitos Bancários estão sujeitos a taxas média de juros correspondente a 100,00% do CDI (102,12% CDI em 31 de março de 2024).

As informações sobre a exposição da Empresa a riscos de crédito e de mercado e sobre a mensuração ao valor justo estão incluídas na nota explicativa 16.

## 9 Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes são, substancialmente, decorrentes de vendas no mercado interno de cana-de-açúcar, com vencimentos inferiores a três meses, e seu valor justo se aproxima do valor contábil nas datas apresentadas.

A exposição máxima ao risco de crédito na data de apresentação das demonstrações financeiras é o valor contábil do contas a receber.

	2025	2024
Contas a receber	3.852	-
Contas a receber - partes relacionadas – Nota 23	<u>409</u>	<u>404</u>
	<u>4.261</u>	<u>404</u>
Circulante	3.852	-
Não circulante	<u>409</u>	<u>404</u>

O saldo do contas a receber é composto por valores a receber com cliente Raízen S/A.

A administração da Empresa avaliou e não identificou a necessidade de registro de provisão para perda de crédito esperada em 31 de março de 2025 e 2024.

## 10 Propriedades para investimentos

	2025
<b>Em 31 de março de 2023</b>	<u>92.780</u>
Aquisições (i)	205.834
<b>Em 31 de março de 2024</b>	<u>298.614</u>
Aquisições (ii)	59.784
<b>Em 31 de março de 2025</b>	<u><u>358.398</u></u>

Refere-se a terras localizadas no Estado de São Paulo e Mato do Grosso, cedidas em parceria agrícola com a Agroterenas S/A Cana, Agroterenas Citrus Ltda. e com a pessoa física produtor rural dos sócios para o cultivo de cana-de-açúcar, laranja, grãos e pecuária respectivamente.

- (i) Em 31 de março de 2024 a Empresa concretizou a negociação adquirindo duas propriedades rurais, sendo 27.000 hectares no município de Água Boa, Estado do Mato Grosso e 470 hectares no município de Maracá, Estado de São Paulo.
- (ii) Em 31 de março de 2025, a Empresa concretizou a negociação adquirindo três propriedades rurais, sendo 256,58 hectares no município de Assis, Estado de São Paulo.

As propriedades para investimento estão avaliadas ao custo histórico. Para fins de divulgação destas demonstrações financeiras, a Empresa contratou avaliação a fim de obter valor de mercado das propriedades rurais, por meio de método comparativo direto de dados de mercado por inferência de estatística, baseado em normas do IBAPE (Instituto Brasileiro de Avaliações e

Pericias) e ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas) com Grau de Fundamentação II e Grau de Precisão III, avaliou essas propriedades ao seu valor justo, no montante de R\$ 2.535.994 em 31 de março de 2025 (R\$ 2.358.125 em 31 de março de 2024).

## 11 Fornecedores

	<b>2025</b>	<b>2024</b>
Contas a pagar	-	55
Aquisição propriedades para investimentos	17.972	28.500
Contas a pagar - partes relacionadas – Nota 23	52	52
	18.024	28.607
Circulante	17.969	14.357
Não circulante	55	14.250

A exposição da Empresa para os riscos de moeda e de crédito relacionados a fornecedores está divulgada na nota explicativa nº 16.

## 12 Adiantamento de clientes

	<b>2025</b>	<b>2024</b>
Adiantamento de clientes	91	-
Adiantamento de clientes - partes relacionadas -n.23	3.500	-
	3.591	-
Circulante	3.591	-
Não circulante	-	-

O saldo de adiantamento de clientes com partes relacionadas, é com a empresa Agroterenas Industrial Citrus Ltda para venda de laranja com entrega futura, utilizada para produção de sucos.

## 13 Empréstimos e financiamentos

### a. Composição dos empréstimos e financiamentos

A composição dos empréstimos e financiamentos, todos em moeda nacional, é a seguinte:

Modalidade	Indexador	Taxa de juros ao ano	Vencimento final		
				<b>2025</b>	<b>2024</b>
Mútuo	TR	6%	jun/28	105.058	106.540
		Circulante		5.441	11.853
		Não circulante		99.617	94.687

**b. Termos e cronograma de amortização da dívida**

Os montantes registrados no passivo não circulante têm a seguinte composição por vencimentos:

	<b>2025</b>	<b>2024</b>
2024/25	-	-
2025/26	-	10.000
2026/27	10.000	10.000
2027/28	10.000	10.000
2028/29	79.617	64.687
	<u>99.617</u>	<u>94.687</u>

**c. Movimentação dos empréstimos e financiamentos**

	<b>Empréstimos e financiamentos</b>
<b>Saldo em 31 de março 2023</b>	-
Obtenção de empréstimos e financiamentos	104.616
Juros sobre empréstimos e financiamentos	1.924
	<u>106.540</u>
<b>Saldo em 31 de março 2024</b>	<b>106.540</b>
Amortização dos empréstimos e financiamentos	(5.000)
Amortização de juros sobre empréstimos e financiamentos	(3.377)
Juros sobre empréstimos e financiamentos	6.895
	<u>105.058</u>
<b>Saldo em 31 de março 2025</b>	<b>105.058</b>

**d. “Covenants” financeiros contratuais e não financeiros**

Em 31 de março de 2025, a Empresa não possuía contratos de empréstimos ou financiamentos sujeitos a vencimentos antecipados em decorrência de cláusulas de “covenants” financeiros, ou *covenants* não financeiros.

**14 Provisão para contingências**

A Empresa é parte em processos administrativos e judiciais, oriundos do curso normal de suas operações. Esses processos envolvem assuntos de natureza tributária, ambiental e cível. Com base nas informações e avaliações de seus assessores jurídicos, internos e externos, a Administração mensurou e reconheceu provisões para as contingências em montante estimado do valor da obrigação e que refletem a saída de recursos esperada.

Em 31 de março de 2025, as provisões para contingências prováveis estavam reconhecidas no montante de R\$ 1.102 (R\$ 822 em 31 de março de 2024). A composição da provisão para contingências encontra-se detalhada abaixo:

	<b>Cíveis (a)</b>
Em 31 de março de 2023	-
Baixas	-
Adições	822
Em 31 de março de 2024	822
Baixas	-
Adições	280
Em 31 de março de 2025	1.102

(a) Cíveis

Referem-se a ações e procedimentos cíveis, referentes a pedido de indenização.

### **Perdas possíveis**

Em 31 de março de 2025 existem processos judiciais tributários e cíveis, contra a Empresa cuja probabilidade de perda é considerada possível. As ações avaliadas pelos assessores jurídicos como de risco possível totalizaram R\$ 616 em 31 de março de 2025 (R\$ 541 em 31 de março de 2024), sendo R\$ 510 de reclamações administrativas (R\$ 470 em 31 de março de 2024) e R\$ 106 relativos a reclamações cíveis (R\$ 71 em 31 de março de 2024).

Podem existir obrigações eventuais gerais, relativas às questões tributárias do exercício, ou exercícios anteriores (últimos cinco anos), uma vez que não é possível conseguir aceitação final e definitiva desses itens no Brasil.

Adicionalmente, as leis fiscais em geral são, sob certos aspectos, vagas e suscetíveis de sofrerem modificações imprevistas em sua interpretação. Também podem existir obrigações de naturezas trabalhista ou cível que, no presente momento, não são conhecidas pela administração da Empresa. Entretanto, com base na opinião de seus consultores legais, a administração da Empresa é de opinião que todos os tributos e demais obrigações assumidas têm sido pagas ou provisionadas adequadamente e, em 31 de março de 2025, não eram conhecidas ações formalizadas contra a Empresa que implicassem a constituição de provisão para cobrir eventuais perdas.

## **15 Patrimônio líquido**

### **a. Capital**

O capital social totalmente integralizado é representado por 64.117.348 quotas, sem valor nominal.

A composição de sócios da Empresa em 31 de março de 2025 e 2024, está apresentada a seguir:

<b>Quotistas</b>	<b>Nº de Quotas</b>	<b>Valor (R\$)</b>
Agroterenas S/A Administração e Participações	64.117.338	R\$64.117.338
José Eugênio de Rezende Barbosa Sobrinho	6	R\$6
André Rezende Barbosa	2	R\$2
Pedro Rezende Barbosa	2	R\$2
	64.117.348	R\$64.117.348

**b. Reserva de lucros**

Retenção de lucros: a destinação do saldo da reserva de lucros a serem destinados é definida em Reunião de quotistas.

**c. Adiantamento para futuro aumento de capital**

O valor de R\$ 17.500 de adiantamento para futuro aumento de capital foi realizado em outubro de 2024, pela controladora Agroterenas S/A Administração e Participações. Serão emitidas cotas aumentando capital social da Empresa. O valor será integralizado no período de 2025.

## 16 Instrumentos financeiros

**a. Classificação contábil e valores justos**

A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo. Não inclui informações sobre o valor justo dos ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo, se o valor contábil é uma aproximação razoável do valor justo.

	Nota	2025	2024
<b>Ativo</b>			
<b>Custo amortizado</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	8	377	20.311
Contas a receber de clientes	9	<u>4.261</u>	<u>404</u>
		<u>4.638</u>	<u>20.715</u>
	<b>Nota</b>	<b>2025</b>	<b>2024</b>
<b>Passivo</b>			
<b>Outros passivos</b>			
Fornecedores	11	18.024	28.607
Empréstimos e financiamentos	13	<u>99.617</u>	<u>94.687</u>
		<u>117.641</u>	<u>123.294</u>

**b. Mensuração do valor justo**

Os seguintes métodos e premissas foram adotados na determinação do valor de justo:

Os valores contábeis do caixa e equivalentes de caixa, contas a receber e contas a pagar possuem o valor contábil que se aproximam do valor justo.

Em nenhum ano a Empresa efetuou transferências entre níveis de classificação dos instrumentos financeiros.

**c. Gerenciamento de risco financeiro**

A Empresa possui exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez; e
- Risco de mercado.

Esta nota apresenta informações sobre a exposição da Empresa para cada um dos riscos acima, os objetivos, as políticas e os processos de mensuração e gerenciamento de riscos e gerenciamento de capital da Empresa.

**d. Estrutura do gerenciamento de risco**

O Conselho Consultivo é responsável pelo acompanhamento das políticas de gerenciamento de risco da Empresa e os gestores de cada área se reportam regularmente ao Conselho sobre as suas atividades.

As políticas de gerenciamento de risco da Empresa são estabelecidas para identificar e analisar os riscos enfrentados, para definir limites e controles de riscos apropriados e para monitorar riscos e aderência aos limites.

As políticas e os sistemas de gerenciamento de riscos são revisados frequentemente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Empresa. A Empresa, através de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, objetivam desenvolver um ambiente de controle disciplinado e construtivo, no qual todos os empregados entendem os seus papéis e suas obrigações.

***Risco de crédito***

O risco de crédito da Empresa é de incorrer em perdas decorrentes de um cliente ou de uma contraparte em um instrumento financeiro, caso ocorra falha destes em cumprir com suas obrigações contratuais. O risco é basicamente proveniente das contas a receber de clientes e de instrumentos financeiros conforme apresentados abaixo.

***Exposição ao risco de crédito***

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das demonstrações financeiras foi:

	<b>2025</b>	<b>2024</b>
Caixa e equivalentes de caixa, nota n.8	8	5
Aplicações financeiras, nota n. 8	369	20.306
Contas a receber de clientes, nota n.9	<u>4.261</u>	<u>404</u>
	4.638	20.715
Circulante	4.229	20.311
Não circulante	409	404

***Risco de liquidez***

Risco de liquidez é o risco em que a Empresa poderá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos ou com outro ativo financeiro. Este risco está 100% gerenciado pela Empresa, que assume uma abordagem na administração de liquidez, garantindo que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas ou risco de prejudicar a reputação da Empresa.

A previsão do fluxo de caixa da Empresa monitora continuamente a liquidez. Essa previsão considera os planos de financiamento de dívida da Empresa e o cumprimento de suas metas.

	<b>2025</b>	<b>2024</b>
Fornecedores, nota n. 11	18.024	28.607
Empréstimos e financiamentos, nota n. 13	105.058	106.540
Dividendos propostos e a pagar	8.992	12.410
	132.074	147.557
Circulante	32.402	38.620
Não circulante	99.672	108.937

A seguir, estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados e excluindo o impacto dos acordos de compensação.

	<b>Valor contábil</b>	<b>Valor contratual</b>	<b>Menos de um ano</b>	<b>Entre um e dois anos</b>	<b>Entre dois e cinco anos</b>
<b>Em 31 de março de 2025</b>					
Empréstimos e financiamentos	105.058	131.421	5.441	25.915	100.065
Fornecedores	18.024	18.024	18.024	-	-
Dividendos propostos e a pagar	8.992	8.992	8.992		
<b>Em 31 de março de 2024</b>					
Empréstimos e financiamentos	106.540	106.540	11.853	20.000	74.687
Fornecedores	28.607	28.607	14.357	14.250	-
Dividendos propostos e a pagar	12.410	12.410	12.410		

### **Risco de Mercado**

Risco de mercado é o risco proveniente de alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de juros, tem no resultado da Empresa ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições aos riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

### **Perfil**

Na data das demonstrações financeiras, o perfil dos instrumentos financeiros remunerados por juros da Empresa era:

	<b>2025</b>	<b>2024</b>
<b>Ativos financeiros</b>		
Bancos conta movimento, nota n. 8	8	5
Aplicações financeiras, nota n. 8	369	20.306
	377	20.311
<b>Passivos financeiros</b>		
Fornecedores, nota 11	18.024	28.607
Empréstimos e financiamentos, nota 13	105.058	106.540
	123.082	135.147
Circulante	23.410	26.210
Não Circulante	99.672	108.937

A taxa esperada para o CDI é de 14,15% a.a. e TR é de 1,10% a.a. (Fontes: Banco Central, CETIP, BNDDES).

### ***Risco de taxa de juros***

O risco de taxa de juros consiste na possibilidade de a Empresa incorrer em perdas devido às flutuações nas taxas de juros. Visando a mitigação deste tipo de risco, a Empresa busca diversificar a captação de recursos em termos de taxas pré-fixadas, pós fixados e contratação de instrumentos financeiros que mitiguem o impacto de juros.

Na data das demonstrações financeiras o perfil dos instrumentos financeiros remunerados por juros da Empresa era:

### ***Análise de sensibilidade de fluxo de caixa para instrumentos de taxa variável***

As operações estão atreladas a variação da taxa de juros pós-fixada CDI - Certificado de Depósito Interbancário. Para efeito de análise de sensibilidade, A Empresa adotou a taxa vigente no último dia da apuração das demonstrações financeiras para o Cenário I. Para o Cenário II aplicou-se o incremento e a deterioração em 25% e para o Cenário III em 50%, somente na parcela variável (CDI) das taxas contratadas. Os efeitos em apreciação e depreciação nas taxas são apresentados conforme as tabelas a seguir:

Indicadores	Cenário I (provável)	Cenário II (+ 25%)	Cenário III (+ 50%)
CDI	14,15%	17,69%	21,23%
Receita de aplicações financeiras	5	6	8
<b>Juros a incorrer CDI líquido</b>	<b>5</b>	<b>6</b>	<b>8</b>
Indicadores	Cenário I (provável)	Cenário II (- 25%)	Cenário III (- 50%)
TR	1,10%	1,38%	1,65%
Juros a incorrer – Empréstimos	(5.441)	(6.802)	(8.162)
<b>Juros a incorrer TR líquido</b>	<b>(5.441)</b>	<b>(6.802)</b>	<b>(8.162)</b>
<b>Juros a incorrer líquido</b>	<b>(5.436)</b>	<b>(6.796)</b>	<b>(8.154)</b>

## **17 Gestão de capital**

O objetivo da Empresa ao administrar seu capital é garantir o crescimento contínuo do negócio balizado em uma estrutura adequada de capital, tendo como política o acompanhamento dos índices de alavancagem financeira, do Grupo Agroterenas em nível consolidado.

Estes índices correspondem à Dívida líquida pelo EBITDA, a dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos e financiamentos (circulante e não circulante), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. Também avaliamos o índice da Dívida Bruta pelo Patrimônio Líquido e pelo Ativo Total. Todas essas informações estão demonstradas no balanço patrimonial.

## 18 Imposto de renda e contribuição social

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social debitada em resultado é demonstrada como segue:

	2025	2024
Receita de venda	51.777	48.101
Demais receitas	<u>972</u>	<u>5.964</u>
Base de cálculo do imposto de renda (8%)	5.114	9.812
Base de cálculo do adicional imposto de renda (10%)	4.874	9.572
Base de cálculo da contribuição social sobre o lucro líquido (12%)	<u>7.185</u>	<u>11.736</u>
Imposto de renda (15%)	(769)	(1.470)
Adicional imposto de renda (10%)	(487)	(958)
Contribuição social sobre o lucro líquido (9%)	<u>(647)</u>	<u>(1.057)</u>
Despesas de imposto de renda e contribuição social	<u><u>(1.903)</u></u>	<u><u>(3.485)</u></u>

## 19 Receita líquida

Veja as políticas contábeis na nota 6 (b).

### a. Fluxos da receita

A Empresa gera receita principalmente pela venda de cana-de-açúcar laranja, bovinos e grãos, no formato de parceria.

A conciliação entre a receita bruta e a receita líquida para fins fiscais apresentadas na demonstração do resultado é conforme segue:

	2025	2024
Receita de vendas		
Cana-de-açúcar	42.739	37.349
Laranja	7.962	8.262
Gado	-	2.490
Soja	1.122	-
(-) Impostos incidentes	<u>(46)</u>	<u>-</u>
Receita líquida	<u><u>51.777</u></u>	<u><u>48.101</u></u>

A Empresa é fornecedora de cana-de-açúcar para a Raízen S/A e laranja para a Agroterenas Industrial Citrus Ltda, nas proporções de 82% e 15% da receita bruta, respectivamente, mantendo elevado grau de dependência destas partes.

## 20 Custos e despesas por natureza

	<b>2025</b>	<b>2024</b>
Despesas e custos com serviços e manutenções	(1.405)	(442)
Despesas com impostos e taxas	(3.076)	(2.773)
<b>Total</b>	<b>(4.481)</b>	<b>(3.215)</b>
	<b>2025</b>	<b>2024</b>
Classificados como:		
Despesas administrativas	(4.481)	(3.215)
<b>Total</b>	<b>(4.481)</b>	<b>(3.215)</b>

## 21 Resultado financeiro líquido

	<b>2025</b>	<b>2024</b>
Receitas financeiras:		
Juros sobre aplicações financeiras	943	5.952
Juros diversos	23	7
	966	5.959
Despesas financeiras:		
Juros diversos	(1.497)	-
Juros sobre financiamento	(6.895)	(1.924)
Outros	(12)	(1)
	(8.404)	(1.925)
Resultado financeiro, líquido	(7.438)	4.034

## 22 Compromissos firmes

### Contratos de parcerias agrícolas

A Empresa atua em regime de parceria agrícola junto às demais empresas do Grupo Agroterenas, especificamente no segmento canavieiro, cítrico e pecuária (Nota 6 - m).

## 23 Partes relacionadas

As partes relacionadas da Empresa são compostas pelo acionista José Eugênio de Rezende Barbosa Sobrinho, a controladora Agroterenas S/A Administrações e Participações, empresas do Grupo, Agroterenas Terras Ltda. (“Terras”), Agroterenas Citrus Ltda. (“Citrus”), Agroterenas Industrial Citrus Ltda. (“Industrial Citrus”), Agroterenas Cana S/A (“Cana”), Agroterenas International E.C. (“International”) e Agroterenas International L.L.C. (“International”).

**a. Transações com partes relacionadas**

	Agroterenas Industrial Citrus Ltda.	Agroterenas S/A Cana	Quotista (*)	Total	
				2025	2024
<b>Ativo não circulante</b>					
Contas a receber de clientes (i)	-	409	-	409	404
<b>Passivo circulante</b>					
Contas a pagar (i)	-	52	-	52	52
Mútuos (iii)	-	-	5.441	5.441	11.853
Adiantamento de clientes (i)	3.500	-	-	3.500	-
Dividendos propostos (ii)	-	-	8.992	8.992	12.410
<b>Passivo não circulante</b>					
Mútuos (iii)	-	-	99.617	99.617	94.687
<b>Transação</b>					
Receita de vendas	7.962	-	-	7.962	8.262

(\*) Saldo com o quotista José Eugênio de Rezende Barbosa Sobrinho.

- (i) Os saldos de contas a receber e contas a pagar entre as partes relacionadas referem-se substancialmente a gastos de serviços compartilhados entre as empresas do Grupo. Os saldos com partes relacionadas não têm prazo de vencimento definido, as quais são realizadas conforme condições negociadas entre as partes. No caso do saldo de fornecedores, a Companhia possui o compromisso de que o valor não será exigido nos próximos 12 meses. Em março de 2025, a parte relacionada Agroterenas Industrial Citrus Ltda. realizou um adiantamento de 3,5 M para compra futura de laranja.
- (ii) O saldo de dividendos propostos com quotistas referem-se ao saldo a pagar ao acionista José Eugênio de Rezende Barbosa Sobrinho que ficou a ser distribuído ao mesmo, após aquisição da Empresa pela Agroterenas Administração e Participações.
- (iii) O mútuo existente corresponde a parcela destinada para aquisição de propriedade para investimento, viabilizada pelo sócio José Eugênio de Rezende Barbosa Sobrinho, saldo será atualizado pela taxa referencial (TR) adicionado a um percentual de 6% ao ano, com amortizações parciais a cada semestre e liquidação no mês de junho de 2028.

## 24 Demonstração dos fluxos de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram elaboradas de acordo com o CPC 03 R2.

**a. Caixa e equivalentes de caixa**

Caixa e equivalentes de caixa consistem em numerário disponível na Companhia, saldos em poder de banco e aplicações financeiras de curto prazo.

**b. Propriedades para investimento**

		2025	2024
Aquisição de propriedades para investimentos – Fornecedores	11	(3.722)	(28.500)
Pagamentos de aquisições de terras no período - Fornecedores	11	14.250	-
Captação de mútuo	13.c	-	(104.616)
Aquisições de propriedades para investimentos no período	10	59.785	205.834
<b>Efeito caixa</b>		<b>70.313</b>	<b>72.718</b>

\* \* \*

## **Composição da Administração**

Claudio Massayuki Takao  
**Diretor Administrativo Financeiro**

Nivaldo Faria de Souza  
**Gerente controladoria**

Eduardo Henrique Rodrigues  
**Contador CRC 270473/O-3**

## PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma Portal de Assinaturas KPMG. Para verificar as assinaturas clique no link: <https://apiconfirmations.kpmg.com.br/Verificar/99BA-4EFE-98E4-FE2F>.

Por motivo de segurança e sigilo das informações, não é permitido o download do documento pela tela de validação de assinatura.

**Código para verificação: 99BA-4EFE-98E4-FE2F**



### **Hash do Documento**

328EC5E9ABC7E76395C97DCB44555598129DDAFAD3FBBC9000D7D393259DA010

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 30/06/2025 é(são) :

Daniel Marino de Toledo - 215.991.288-37 em 30/06/2025 12:17

UTC-03:00

**Tipo:** Certificado Digital